



Ofício nº 694 /2021 SEMINFRA/CGL
Processo Administrativo nº 3265/2021

Arapiraca, 19 de Abril de 2021.

ATT Thiago de Almeida Silva
Pregoeiro - Coordenação Geral de Licitações

Prezado

Em atenção ao Ofício CGL DP/SEMINFRA Nº74/2021, que trata de Diligência encaminhada por e-mail pela Empresa Murano Construções, no que tange a habilitação do processo licitatório para Contratação de Empresa (s) de Engenharia para prestar, sob demanda, serviços de manutenção Predial, preventiva e corretiva com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, nas edificações administrativas e áreas pertencentes ou sob a Responsabilidade da Prefeitura Municipal de Arapiraca.

Questionamentos:

“Com fundamento no item 31.2.16. do Edital , solicitar diligência acerca da exequibilidade da proposta da empresa LIDER para o grupo1, pelos motivos fáticos e jurídicos adiante aduzidos:”

Cita o item 31.2.16 do Edital, in verbis :

“31.2.16. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será realizado diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta”

Frisamos... *“preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item”*.

E Ressalta-se inclusive o texto da própria Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 :

*“§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se **manifestamente inexecuíveis**, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)*

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

b) valor orçado pela administração. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)”

Thiago Almeida
19/04/2021
ib *z*



Passamos então a análise das propostas de preços apresentados no Item 1 :

Item 1	R\$9.000.000		
Ordem	Empresa	Valor do Lance	Percentual em relação a média das propostas
1	Martins	R\$4.539.000,00	37,47%
2	Lider	R\$6.290.000,00	13,35%
3	Tambau	R\$6.300.000,00	13,21%
4	Murano	R\$6.416.362,37	11,61%
5	Única	R\$6.490.000,00	10,59%
6	Potenza	R\$6.750.000,00	7,01%
7	Unicon	R\$6.770.000,00	6,74%
8	Duppla	R\$7.110.000,00	2,05%
9	FS	R\$7.200.000,00	0,81%
10	Criterio	R\$7.290.000,00	-0,43%
11	MDM	R\$8.130.096,00	-12,00%
12	SUP	R\$8.500.000,00	-17,10%
13	Imprecar	R\$8.550.000,00	-17,78%
14	Nave	R\$8.550.000,00	-17,78%
15	BSB	R\$10.000.000,00	-37,76%
	Média das propostas	R\$7.259.030,56	
	30% da média	R\$2.177.709,17	
	Valor limite	R\$5.081.321,39	

Observa-se Claramente que **apenas a proposta da empresa Martins construções ficou inferior a 70% da média das propostas**, sendo que a mesma não teve sua proposta aceita justamente por não apresentar as composições unitárias de custos conforme bem claro no edital em seu Item 14.6.

Desta forma, comprovado o erro de interpretação (ou de cálculo) da Solicitante, torna-se improcedente todas as demais afirmações e solicitações baseadas na afirmação inicial.

Contudo, para melhor esclarecimento e visando evitar novas diligências ou pedidos de esclarecimento, vamos aos pontos principais dentro do relatado pela solicitante.

1 - *“Reduziu coeficientes nas composições com a finalidade de manter os preços de mão de obra exequíveis”*

Não visualizamos, nem no Edital nem nas leis que regem este certame nenhum item que proíba a empresa de alterar os coeficientes de produtividade em suas composições de custos, até porque isso é uma variável característica de cada empresa em particular.

Cita o Edital, para análise de exequibilidade como itens desclassificatórios que :

“ 18.3. Será DESCLASSIFICADA, por despacho fundamentado, a proposta do licitante que, ressalvadas as situações e procedimentos previstos nos itens 18.20 a 18.22 deste Edital:

18.3.5. Apresentar, na composição de seus preços:

18.3.5.1. Taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;



- 18.3.5.2. *Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;*
- 18.3.5.3. *Quantitativos de mão de obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços;*
- 18.3.5.4. *Apresentar custo de mão de obra inferior as convenções coletivas firmadas no Estado;*
- 18.3.5.5. *Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 – TCU – Plenário) ou desconto menor do que o mínimo exigido, tanto em custos unitários como no valor global, ou que apresentar preço manifestamente inexecutável;*
- 18.3.5.6. *Apresentar taxa de BDI inferior ou com um dos itens que o compõe inferior aos descritos no Acórdão n. 2622/2013 – TCU, e demais legislações vigentes, exclusivamente ou em conjunto;*
- 18.3.5.7. *Apresentar, na Composição de Custos, taxa de BDI diferente da que apresentou na sua composição de BDI encaminhada antes da abertura da Sessão Pública;*
- 18.3.5.8. *Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor cujo valor ofertado para o item supera o correspondente custo de referência fixado pela Administração;*
- 18.3.5.9. *Será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que: Fls. 17/199 Coordenação Geral de Licitações – CGL CNPJ nº 12.198.693/0001-58 COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES*
- 18.3.5.9.1. *O licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto;*
- 18.3.5.9.2. *For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;*
- 18.3.5.9.3. *Apresentar um ou mais valores da planilha de composição de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes “*

Lembramos aqui, que para manter a isonomia do Certame, toda e qualquer desqualificação de proposta tem que ser objetiva e fundamentada.

A desclassificação de proposta por inexecutabilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, e deve ser franqueada oportunidade de o licitante defender sua proposta e demonstrar sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório, antes de ter sua proposta desclassificada, sendo esse o entendimento em diversos acórdãos do TCU acerca deste tema.

Quanto ao fato da mudança de índices de produtividades, buscamos orientação no Manual de Orientações de Elaboração de Planilhas do TCU que cita em sua pg 71.

“ 6 – Como realizar ajustes nas composições referenciais do Sinapi ? Que tipos de ajustes são possíveis?

Resposta: Os ajustes podem ser realizados mediante a inclusão, exclusão ou alteração de insumos nas composições, bem como na alteração dos respectivos coeficientes de produtividade e custos unitários.”

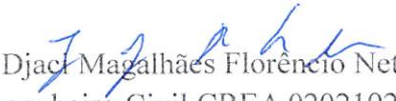
O Acórdão Nº 1894/2011, citado na solicitação como forma de embasar as afirmações encontra-se fora de contexto, visto tratar-se de um acórdão cujo tema é a análise de sobrepreço, o que não se adequa ao que estamos analisando.



Cabe ressaltar, ainda, que a própria apresentação da composição de custos prevista no Item 14.6 do Edital já é, por si só, considerada como uma diligência no quesito exequibilidade, mas **lembramos aqui que a desqualificação de uma proposta e/ou desclassificação de uma empresa só será feita baseada em Itens previstos no Edital , ou ainda nas Leis que regem o certame ora realizado.**

Por fim, esperando ter dirimido as dúvidas levantadas, nos colocando a disposição para eventuais esclarecimentos que venham a se desenvolver durante o processo.

Atenciosamente,


Djaci Magalhães Florêncio Neto
Engenheiro Civil CREA 0202192440


Roany Izidoro Soares Alves
Secretário Municipal de Infraestrutura

